

BOLETIM
O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Um Diálogo com Amigos do Bloco de Esquerda e do PCP

“Senão teríamos cá a Troika outra vez!?”



Esta é a meia pergunta, meia resposta que faz ou dá a si próprio este e aquele camarada e amigo do PCP ou do Bloco de Esquerda com quem discutimos. Alarmado, é certo, pelo caminho que as coisas levam sob o governo Costa/UE. Incomodado, cada vez mais, com a cobertura que a direcção do seu partido dá a políticas que cada vez menos diferem das do governo anterior.

Porém, diz esse amigo, — agora que já terminou, embora, o tempo das magras e parciais reposições e reversões, de (mal) voltar a como os trabalhadores estavam há dez anos, só que com impostos e preços mais altos, sem contratação colectiva, com precariedade multiplicada e fulminante desinvestimento público — diz ele: sim, será verdade, mas “senão, não teríamos cá a troika outra vez!?”

Perdoem-nos outra pergunta: acaso a troika de cá saiu? Nunca saiu⁽¹⁾. Fora dos títulos dos jornais, Portugal continua sob vigilância da troika. São afinal esses os “compromissos internacionais do país”. Como funciona, por exemplo, o orçamento, suposto magno documento da soberania do Estado português?

1) O governo submete à Comissão Europeia o plano de “estabilidade e crescimento”, com os valores previstos para orçamentos e seus saldos até 2021. 2) A Comissão manda correcções. Lema: é preciso mais “reformas”. 3) A seguir, “negociações” com os parceiros na Assembleia da República, para a galeria. 4) Os parceiros aceitam mais ou menos

tudo, pois 5) “senão, teríamos cá a troika outra vez!” 6) Por fim, voto solene na AR: PS, BE, PCP votam a favor. PSD e CDS, contra. Para a galeria. E a troika: cá.

Momento-chave: o parecer da Comissão. Ela agora elogia, claro. Ou não mandasse o tal plano de estabilidade e “crescimento” mais quatro anos de austeridade extrema, até 2021 (ver nº 4 d’*“O Trabalho”*). O plano manda cortar 10% à despesa pública actual. O FMI? Também elogia, claro.

Deixando de fora o votarem contra na AR, para a galeria, até os chefes do PSD e CDS mudaram de discurso: dizem que o governo está a fazer exactamente o que eles fariam se os tivessem deixado formar governo, agora que “a crise (graças a eles) já passou”.

A verdade é esta: o essencial da política do actual governo é a política da troika para Portugal.

Surpreende-se o amigo do BE, do PCP? Mas não há surpresa. A frase principal dos acordos parlamentares do governo com o BE, como com o PCP, é a que diz que o governo “honrará os compromissos externos do país”. Portanto: pagará a dívida externa, que é controlada pela banca, pelo BCE, pelo FMI e pelo Estado alemão e francês. Honrará os tratados de Maastricht e de Lisboa, que ditam o défice orçamental, a redução da despesa pública e o primado da concorrência “livre de entraves”. Honrará os compromissos militares com a NATO. A isso tudo o resto se há-de subordinar. (cont. p. 2)

Como a “competitividade” da indústria portuguesa se baseia em salários de miséria, o governo, apesar de ter a fama de tudo “reverter”, não reverte nem revoga a legislação anti-laboral de Passos/Portas/Troika. Sobretudo, não desbloqueia a contratação colectiva. Aumentos salariais destruiriam “a nossa competitividade”. A nossa? Só se for a mesma competitividade do “nosso” eucalipto inflamável.

Lembram-se que o patronato nem se importou muito que o salário mínimo aumentasse⁽²⁾? Na condição de o governo assumir o compromisso de não mexer na legislação laboral nem fazer mais reversões? Diligente, o governo até tentou que a Segurança Social, via TSU, pagasse o aumento do salário mínimo.

O governo nunca escondeu que, na dúvida, está do lado da UE e do patronato. Querem os sindicatos negociar com o governo medidas favoráveis aos trabalhadores? O governo remete-os para a concertação social. Ali, o patronato veta tudo o que não lhe dá jeito.

A reversão de umas poucas medidas tem, assim, cumprido uma função principal: ter mão no movimento sindical.

A questão que o amigo do PCP ou do BE levanta no título deste artigo levanta, assim, uma outra questão, mais fundamental: será possível uma política de esquerda, uma política de medidas favoráveis aos trabalhadores, no quadro da União Europeia?

António Costa dizia que sim, que era possível “fazer de outra maneira”, diferente de Passos e Portas. Sem mais austeridade, sem cortes nos salários e pensões, aplicar a mesma política de Bruxelas, cumprir as mesmas metas do défice, fazer as mesmas “reformas estruturais”.

Duas coisas são certas: o governo repôs (em parte) salários e pensões — ao nível de há dez anos. E A. Costa comprometeu o BE e o PCP com as políticas da UE de redução do défice pela austeridade e com as guerras da NATO. E parece que “calou” e “amoleceu” as cúpulas sindicais.

A habilidade foi esta: em vez de cortar directamente nos nossos salários e pensões, este governo cortou à facada, sobretudo, na componente colectiva do nosso salário. No ensino público, na saúde, nos transportes públicos, em todo o investimento público.

E que acontece de cada vez que o BE ou o PCP anunciam querer negociar com o governo de Costa/UE alguma medida favorável aos trabalhadores? Esbarra-se no défice. Na pior das hipóteses, vai-se a votos. Aí, o “bloco

central” renasce e mata a iniciativa. BE e PCP perdem a votação e dizem: pois, é pena, mas realmente a gente só acordou com o governo certas coisas; nas outras, cada um faz o que entende. Azar o nosso.

Assim, na prática, o governo tem uma coligação com o PSD e o CDS para as medidas mais escandalosamente anti-trabalhadores; e uma coligação com o PCP e o BE para fazer aprovar as (já acabadas) reposições parciais e, sobretudo, passar as medidas “globais” que a UE manda: em primeiro lugar, os orçamentos de austeridade. Dava mau aspecto a direita aprovar. Agora é a vez de ser ela a fazer de “oposição”.

Para dizer a verdade, nós nunca achámos que o BE e o PCP fossem muito claros nas suas posições críticas sobre a União Europeia, o euro e a NATO. Mas o que é certo é que, pelo menos, punham claras reservas à UE e ao euro e opunham-se “robustamente” à NATO.

Agora, na prática, é graças a eles que UE, euro e NATO continuam a mandar em Portugal. O governo honra os “compromissos internacionais”. BE e PCP honram o compromisso com o governo. Engolem tudo: paga-se a dívida dos banqueiros; vende-se o Novo Banco à piratagem financeira americana; paralisa-se a contratação colectiva, individualizando-a empresa a empresa; enfraquecem-se sindicatos e trabalhadores; baixam-se salários reais; mantém-se a precariedade sem fim. E a Comissão ainda manda fazer mais “reformas estruturais”: liberalizar mais os despedimentos, impor a TSU generalizada e acabar com o desconto patronal para a Segurança Social.

Pode haver outra política? Pode. Quem a pode impor? Só os trabalhadores unidos, mobilizados e determinados, com as suas organizações, sindicatos e comissões de trabalhadores, chamando à responsabilidade os partidos que dizem falar em seu nome.

Ora bem: para que isso seja possível, é preciso uma política clara de ruptura com a UE e com o euro. É preciso dizer não aos tratados e medidas da UE, a começar pelo Tratado Orçamental e pelo PEC, que impõem transformar o défice do Orçamento em superavit de 5% do PIB até 2021. BE, PCP e PS ataram-se de pés e mãos a esses tratados, à política da UE, da Troika, de Costa. É tempo de se desatarem.

Esta situação merece ser discutida. A UE merece ser discutida. O futuro do movimento operário em Portugal merece ser discutido. Discutamo-lo juntos.

Diz Bobone, o patrão do Comércio: “O envolvimento das forças políticas que não faziam parte do “arco da governança” trouxe-nos paz social”⁽³⁾

continua a mandar em Portugal. O governo honra os “compromissos internacionais”. BE e PCP honram o compromisso com o governo. Engolem tudo: paga-se a dívida dos banqueiros;

vende-se o Novo Banco à pi-

ratagem financeira americana; paralisa-se a contratação colectiva, individualizando-a empresa a empresa; enfraquecem-se sindicatos e trabalhadores; baixam-se salários reais; mantém-se a precariedade sem fim. E a Comissão ainda manda fazer mais “reformas estruturais”: liberalizar mais os despedimentos, impor a TSU generalizada e acabar com o desconto patronal para a Segurança Social.

Pode haver outra política? Pode. Quem a pode impor? Só os trabalhadores unidos, mobilizados e determinados, com as suas organizações, sindicatos e comissões de trabalhadores, chamando à responsabilidade os partidos que dizem falar em seu nome.

Ora bem: para que isso seja possível, é preciso uma política clara de ruptura com a UE e com o euro. É preciso dizer não aos tratados e medidas da UE, a começar pelo Tratado Orçamental e pelo PEC, que impõem transformar o défice do Orçamento em superavit de 5% do PIB até 2021. BE, PCP e PS ataram-se de pés e mãos a esses tratados, à política da UE, da Troika, de Costa. É tempo de se desatarem.

Esta situação merece ser discutida. A UE merece ser discutida. O futuro do movimento operário em Portugal merece ser discutido. Discutamo-lo juntos.

NOTAS

(1) Leia-se, por exemplo, o que já em 2014 escrevia o site “[dinheiro vivo](#)”: “As missões dos credores oficiais (fundos europeus, Comissão Europeia e FMI) virão duas vezes por ano a Portugal para fazer “vigilância reforçada” até 2038, dizem as novas regras das instituições. (...) A conclusão em junho do programa de ajustamento não se traduzirá em total soberania (...). Pelo contrário, o pós-troika será marcado por alta vigilância e o país será visado por missões técnicas da parte dos credores oficiais. Em vez de serem trimestrais, serão semestrais.”

(2) Por exemplo, pela voz de António Saraiva, presidente da CIP (2/10/16, Antena 1).

(3) Site “[dinheiro vivo](#)”, 8/7/2017: “Estamos a viver um tempo como há muito não vivíamos: crescimento económico, mais emprego, motivação. São vários os fatores que contribuíram (...) e o primeiro foi, sem dúvida, o esforço de contenção que realizámos durante os quatro anos do governo anterior (...) Em terceiro lugar, o envolvimento das forças políticas que não faziam parte do “arco da governança” trouxe-nos paz social, o que permitiu criar condições para que se tomassem decisões essenciais ao desenvolvimento.”

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;

Endereço mail: a.internacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://ainternacional.pt>

Enquanto o Governo aplica as imposições da União Europeia

Greves contra a Austeridade sem Fim

• **Trabalhadores da PT:**

Concentraram-se no dia 10 de Julho frente às instalações da empresa no Porto. No dia 30 de Junho, a PT Portugal anunciou internamente que iria transferir trabalhadores para empresas do grupo Altice e Visabeira. Já antes se anunciara a transferência de 37 trabalhadores da área informática para uma fornecedora da PT. Este é, segundo os sindicatos, o maior ataque já visto aos direitos dos trabalhadores e respectivos postos de trabalho. Levou à primeira convocatória de greve na PT em dez anos, para dia 21 de Julho.

• **Enfermeiros blocos de parto:**

Entraram em greve no dia 3 de Julho, deixando, nesse dia, 28 blocos de parto parados ou a funcionar a meio-gás. Ameaçam estender progressivamente a outros hospitais. A greve consiste na recusa de prestar trabalhos especializados, dado não serem pagos como enfermeiros especialistas.

No dia 4 de Julho, realizou-se uma reunião de negociação entre o Sindicato dos Enfermeiros e o Ministério da Saúde. O sindicato considerou *“intolerável que [o ministério] não tenha entregado a concreta proposta integral na reunião, tal como se tinha comprometido (...) Foi marcada nova reunião negociada para dia 11 de julho – é, portanto, imprescindível a apresentação deste documento nessa reunião. A não concretização da totalidade dos compromissos assumidos aprofundará o enorme descontentamento atualmente existente na profissão.”*

• **Técnicos superiores de saúde de diagnóstico e terapêutica:**

Estiveram em greve de 29 de Junho a 4 de Julho, quando a reunião de Secretários de Estado aprovou o diploma que cria a carreira destes profissionais de saúde.

• **Médicos**

Médicos, que estiveram em greve nos dias 10 e 11 de Maio, suspenderam até fim do mês de Julho a ameaça de nova greve. Exigem a reversão dos cortes ao pagamento das horas extraordinárias a 100%, redução do número de horas de trabalho nas urgências, limitação da lista de utentes por médico de família e diminuição da carga máxima de tra-

balho extraordinário anual, além de outras, num total de 30 pontos emitidos no pré-aviso de greve. Reivindicam também um limite de 12 horas de trabalho em serviço de urgência como horário normal, considerando inadmissível a persistente realização de trabalho em urgência por períodos de 24 horas.

• **Farmacêuticos:**

Os farmacêuticos têm marcada uma greve para os dias 18 e 19 de Julho. O objectivo da luta é exigir a imediata publicação da carreira farmacêutica já negociada com o Ministério da Saúde e consequente criação de uma carreira para os profissionais em regime de Contrato Individual do Trabalho. A greve, convocada pelo Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, pretende também denunciar a precariedade e falta de estabilidade no emprego, a insuficiência de quadros nos serviços, a



falta de abertura de vagas para formação pós-graduada e as más condições de trabalho nos serviços farmacêuticos.

• **Oficiais de Justiça:**

O sindicato dos Oficiais de Justiça anunciou que estes trabalhadores estarão em greve entre as 12h30 e as 13h30 e entre as 17h e as 9h do dia seguinte até 31 de Dezembro de 2018. Segundo comunicado do Sindicato, em causa está o facto de cada oficial de justiça prestar, por ano, nas contas do sindicato, *“mais de duzentas horas de trabalho (es)forçado”*. *“É trabalho ‘forçado’, realizado fora do horário normal de serviço, não é remunerado, nem reconhecido, nem dignificado. Daí esta greve.”*

• **Estivadores:**

No dia 28 de Junho, os estivadores nos portos de Lisboa,

Setúbal, Leixões, Caniçal, Figueira da Foz, Praia da Vitória e Barreiro aderiram ao apelo do sindicato:

“Duas horas de paragem em jornada dos estivadores europeus em defesa dos estivadores de Gotemburgo e contra as políticas da UE”.

O Sindicato dos Estivadores também apresentou um pré-aviso de greve para 10 de Julho, contestando práticas anti-sindiciais em Leixões e Sines e no Caniçal (Madeira). O sindicato quer generalizar o acordo de Lisboa a todos os portos.

• **Seguranças dos aeroportos:**

Estiveram em greve nos dias 24 e 25 de Junho para exigir, segundo Armando Costa, do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA), *“a contratação coletiva”, “melhores condições de trabalho” e “uma carreira com dignidade”*.

• **Função Pública:**

Os funcionários públicos estiveram em greve no dia 26 de Maio para reivindicar aumentos salariais, pagamento das horas extraordinárias, as 35 horas para todos os funcionários do Estado e descongelamento das carreiras.

• **Tratamento do lixo:**

Os trabalhadores da Amarçul e Valorsul fizeram greve nos dias 14 e 16 de Junho para exigir aumento de salários e respeito pelos direitos inscritos no Acordo de Empresa.

• **Professores:**

Os professores realizaram greve no dia 21 de Junho, dia de provas de aferição, de exames nacionais, assim como de conselhos de turma. Os sindicatos dos professores reivindicam descongelamento de carreiras, um regime especial de aposentação para os docentes, e novos concursos de vinculação extraordinária de professores contratados, para eliminar todas as situações de precariedade. Segundo o Expresso, *“outros motivos enumerados pela Fenprof para manter a paralisação foram a falta de definição, com rigor e sem equívocos, dos conteúdos da componente letiva e não letiva do próximo ano letivo e a ausência de garantias quanto à negociação do decreto-lei da descentralização e ao início da discussão sobre a gestão das escolas.”* ■ **RR**

Mali

A Guerra de Trump e a Morte de um Soldado Português

O sargento-ajudante Paiva Benido, morto no Mali em missão NATO/UE/França, é o vigésimo militar a morrer em missões exteriores de forças portuguesas desde 1992.

O ministro dos negócios estrangeiros, Augusto Santos Silva, assegurou (Público, 19/6/17), no Luxemburgo, que o compromisso de Portugal com a missão da UE no Mali “*continua a ser total*” apesar da morte do sargento do exército português.

Quanto à NATO, neste ano de 2017, reforça-se a participação em operações no Mediterrâneo, Lituânia e Roménia. Recorde-se que, no final de 2016, começou a missão de monitorização do processo de paz na Colômbia sob a bandeira da ONU e que, este ano, prosseguem as missões no Afeganistão, Somália, Iraque, Mali, RCA, Mediterrâneo e Índico (ver infografia, fonte: [DN, 1 de Janeiro de 2017](#)).

Em Abril de 2017 terminou a presença de 200 efectivos das Forças Armadas portuguesas no Kosovo, em missão da NATO, naquela que foi uma das mais longas missões militares portuguesas no exterior, iniciada em 1999. Em 2017, o orçamento



para as Forças Nacionais Destacadas (FND) cresce 1,5 milhões de euros — para 58 milhões — face a 2016.

Para o ministro da defesa, importa que esse orçamento “*respeite regras operacionais*” na esfera do CEMGFA e as “*orientações estratégicas*” de política externa “*que correspondem à realização do interesse público geral*”.

Ou seja, o interesse geral, para o povo português, são as guerras da Nato/U.E./ONU?

PS, PSD e CDS sempre apoiaram a participação das tropas portuguesas “*nos teatros de guerra internacionais*” (ver infografia).

Vêm chorar “*lágrimas de crocodilo*” pela morte do soldado português no Mali, cuja responsabilidade é das políticas de guerra que, de forma submissa às orientações da NATO/UE/ONU, impõem ao povo português!?

Acontece que os jornais não noticiaram as posições nem do BE, nem do PCP relativamente à morte do soldado português no Mali, nem vimos que estes par-

tidos se pronunciassem pela retirada dos militares portugueses dos vários teatros de guerra no mundo.

Vimos, sim, um deputado do BE, João Vasconcelos, a anunciar-se orador convidado de uma conferência “*contra a guerra e a exploração*”, em Argel e a dar uma entrevista anti-guerra a um jornal francês. Só que: ele votou o orçamento da defesa, incluindo as dotações para os destacamentos militares! E não se lhe conhece actividade, na comissão da defesa da Assembleia da República — de que é vice-presidente! — a exigir a retirada das tropas portuguesas das guerras imperialistas em que colaboram.

A submissão do PCP e do BE ao governo Costa/UE parece levar estes partidos a perderem a sua identidade, pelo menos a que afirmavam ter, contra a NATO e pela paz.

Será que as guerras que os EUA têm feito e Trump continua não são as que a NATO e a UE desenvolvem, na Síria, no Afeganistão, em África, com a participação dos soldados portugueses? Porque é que não promovem manifestações a exigir a saída de Portugal da Nato, o regresso dos soldados portugueses das várias guerras contra os povos no mundo?

Mais uma vez repetimo-lo: ontem como hoje, não aceitamos que tais guerras sejam feitas em nome do povo português! ■

JSH

Forças nacionais destacadas

TEATROS DE OPERAÇÕES

Portugal tem, no início deste ano, quase meio milhar de militares em missões no estrangeiro, ao serviço da política externa do Estado e sob as bandeiras da ONU, da NATO e da UE, assim como na coligação internacional que combate o Estado Islâmico no Iraque e na Síria. Nos casos do Afeganistão e do Mali, como dentro de dias na República Centro-Africana, há soldados portugueses em operações diferentes. Segundo os dados do Estado-Maior-General das Forças Armadas, 200 desses 484 militares estão ao serviço da NATO, 172 da UE e 78 das Nações Unidas. Há ainda 34 efectivos colocados na coligação liderada pelos EUA contra o Daesh.



O FOGO EM PEDRÓGÃO GRANDE

O Capitalismo é Guerra contra os Seres Humanos

Cada verão, logo que as temperaturas sobem, a vasta floresta portuguesa começa a arder. Pelo seu número e superfície queimada, os fogos florestais portugueses atingem quase sempre dimensões incomparáveis às de outros países do Sul da Europa.

Desta vez, condições meteorológicas especialmente adversas deram origem a um incêndio, começado em 17 de Junho, que alastrou a grande velocidade em três municípios do centro do país. Em poucas horas, mais de 60 pessoas morriam asfixiadas e queimadas, a maioria delas nos seus carros, ao fugirem do fogo por uma estrada nacional. Estrada essa onde a floresta começava imediatamente na berma. Nem vestígio dos dez metros de separação que a lei exige para estradas nacionais.

As imagens de carros esventrados e aldeias queimadas confundem-se facilmente com imagens de um país em guerra.

E não é por acaso.

O abandono dos campos portugueses pelos camponeses empobrecidos e empurrados para a emigração interna e externa iniciou-se nos anos sessenta. Foi rápido e em larga escala. A integração na UE que veio depois reduziu ainda mais qualquer esperança de rentabilidade para as actividades da economia agrícola camponesa e da pastorícia.

O campo transformou-se em floresta. A nova floresta portuguesa tornou-se matéria-prima da indústria da pasta de papel, uma das poucas indústrias “competitivas” que restaram em Portugal.

Matéria-prima barata (o que explica a “competitividade” da indústria), pois esta indústria é um exemplo da “máquina expropriadora” que o capitalismo sempre foi e cada vez mais é. Além das grandes explorações propriedade directa dos industriais, a propriedade da floresta está muitas vezes de tal maneira subdividida, que os “proprietários” nominais não têm outra opção que não seja vender a madeira ao preço baixo fixado pelos industriais.

Matéria-prima barata também, por as espécies autóctones terem sido

substituídas por eucaliptos de crescimento rápido, que secam os solos e passam sem cuidados humanos, que os pequenos proprietários de qualquer modo não podem assegurar aos preços que recebem.

Os incêndios pouco mudam ao valor comercial da pasta para papel. Representam perdas bem mais ligeiras do que o custo dos cuidados humanos necessários para preveni-los.

Os sucessivos políticos ao serviço do capital e da UE fazem de conta que adoptam leis de ordenamento do território e da floresta. Depois

incêndio deflagrou. Contribuiu, pelo menos, para o elevado número de mortos. O consórcio que ganhou a PPP em 2005, num valor de cerca de 500 milhões de euros, compunha-se de empresas e indivíduos, todos eles, sem excepção, envolvidos nos escândalos e falências financeiros e bancários dos últimos anos. Entre eles a PT, vendida há alguns anos à multinacional francesa Altice. O preço da acção da PT caíra, nessa altura, 80% em relação ao de antes da privatização.

A imprensa relata (ver, por exemplo, o *Público* de 22 de Junho) que o SIRESP falhou *de cada vez* que houve uma emergência extrema no país nos últimos dez anos.

Assim, a presença de aldeias povoadas por alguns camponeses idosos no meio do novo tecido florestal e os riscos que os incêndios os fazem correr não diferem muito, no fim de contas, dos prejuízos colaterais em civis mortos “aceites” quando aviões americanos, britânicos, france-

ses, etc., bombardeiam países em que está em causa petróleo em vez de madeira.

Não se ignore que o exército português contribui, aliás, em muitos casos, para esse “esforço” dos seus aliados da NATO. Há poucos dias, um soldado português morreu no Mali por conta da ocupação francesa do país.

O princípio é o mesmo. Passou há muito o tempo em que o capitalismo contribuía, posto que à custa do sofrimento de milhões de explorados, para o progresso da indústria humana, para o domínio da natureza e dos recursos naturais.

As vítimas dos incêndios florestais em Portugal são vítimas da guerra generalizada que o capitalismo agonizante trava contra a humanidade. ■ AZ



instituem organismos que fazem de conta que as mandam aplicar. As restrições orçamentais e a austeridade imposta pela UE impedem que tais leis produzam o mínimo efeito. Os serviços de guardas florestais e guarda-rios foram praticamente desmantelados ao longo dos anos.

Mesmo os meios de combate ao fogo vivem essencialmente da dedicação e muitas vezes do sacrifício dos bombeiros voluntários. Não raro os bombeiros têm em atraso os seus salários de miséria.

Um serviço de “alta tecnologia” (SIRESP) de coordenação digital das comunicações entre todos os serviços encarregados das situações de emergência foi confiado, em 2005, a uma Parceria Público-Privada (PPP), modelo favorito da UE, na prática por ela imposto. O sistema falhou quando o

“Serviços mínimos”**Um ataque geral ao direito à greve!**

Sob a forma, aparentemente inocente, da imposição — com força legal — de “serviços mínimos” que os trabalhadores são obrigados a prestar durante as greves, o governo tem vindo a atacar cada vez mais descaradamente o próprio direito à greve.

A ideia é: se uma greve tem consequências negativas para terceiros, eliminem-se, com os serviços mínimos, essas consequências. Fiquem só as perdas e desvantagens para os próprios grevistas...

Assim, durante a greve dos seguranças dos aeroportos, Armando Costa, do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA), disse à agência Lusa que a decisão do Governo de decretar serviços mínimos de 50% era “o Governo mais uma vez a pôr-se ao lado das empresas, cortando o direito à greve destes trabalhadores”.

No caso dos professores, os serviços mínimos incluíram a realização dos exames previstos para o dia da greve. A Fenprof discordou da decisão do Colégio Arbitral de estabelecer serviços mínimos. Nenhuma actividade prevista para dia 21 de Junho havia que, a não se realizar, pusesse “*em causa necessidades sociais impreteríveis*”.

Os sindicatos mais denunciaram ilegalidades das direções de algumas escolas, aliás sugeridas pelo júri nacional de exames, convocando mais professores do que os necessários para assegurar o desenrolar das provas.

A responsabilidade pelas “consequências” das greves é de quem rejeita as legítimas reivindicações dos trabalhadores!

Não se podem aceitar estes ataques antidemocráticos

20º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores**Contra a precariedade e a caducidade! Aumentos gerais de salários!****Libertação dos 13 sindicalistas da Maruti-Suzuki condenados a prisão perpétua!**

No passado dia 2 de Junho, realizou-se o 20º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores (CT), na Casa do Alentejo, em Lisboa. Estiveram cerca de 300 participantes, bem como representantes da União dos Sindicatos de Lisboa.

Há, em Portugal, cerca de 300 CT (CT, sub-CT, coordenadoras regionais de CT). Neste momento, essencialmente, em grandes ou médias empresas. Onde existem, porém, continuam a desempenhar um papel insubstituível no panorama laboral.

Não tem sido por acaso que sucessivas revisões do Código de Trabalho têm vindo a retirar-lhes direitos, tornando, nomeadamente, mais difícil o seu campo de acção, diminuindo as horas afectas aos seus fins (de 40 para 25 mensais), acabando com a possibilidade de terem membros a tempo inteiro para poderem contactar os trabalhadores nos sectores.

As CT têm dificuldade em se renovarem. As novas gerações ganham menos que colegas mais velhos, os trabalhadores mais novos são sobre-explorados.

Apesar disto, as CT continuam a ser um reflexo da continuação das conquistas do 25 de Abril: nas empresas, são o elo de unidade entre todos os trabalhadores. Em alguns sectores, conseguem vencer o sectarismo e a divisão sindical (CGTP-UGT), possibilitando a unidade face ao patronato e administrações públicas.

No Encontro, os oradores relataram a situação nas empresas, idêntica em

traços gerais: precariedade; ausência de aumentos salariais; bloqueamento da contratação colectiva; tentativas de modificação dos horários de trabalho; perseguição aos membros das CT e a delegados e dirigentes sindicais.

No final, foram lidas e votadas favoravelmente várias moções e uma resolução.

Contra a precariedade: a posto de trabalho permanente, contrato de trabalho efectivo.

Pela paz, contra a guerra, como preconiza a Constituição portuguesa no seu artigo 7º.

Defesa das carreiras contributivas longas (reforma aos 65 anos ou 40 de descontos).

Defesa da CGD ao serviço do país.

Aprovada, ainda, uma moção, a enviar à Embaixada da Índia, exigindo a libertação de 13 sindicalistas da fábrica indiana Maruti-Suzuki recentemente condenados a prisão perpétua.

Outra resolução, igualmente aprovada, englobava dois pontos contraditórios: “*renegociação da dívida... dos prazos... dos juros...*” e “*medidas que libertem o país dos constrangimentos impostos pela União Europeia, o Banco Central Europeu, a União Económica e Monetária, o euro*”.

Estas são exigências dos sindicatos da CGTP que a mesa assumiu. A contradição, de princípio, está nisto: o movimento sindical fazer sua a exigência de renegociação da dívida significa ele aceitar que a dívida deva ser paga pelos trabalhadores.

Ora, os trabalhadores não são responsáveis pela dívida. A responsabilidade pela dívida é unicamente daqueles que, aplicando as ordens da UE, contraíram empréstimos e dívidas para salvar os accionistas dos bancos falidos às mãos da especulação e da má gestão.

Então: pedir medidas que libertem o país, os trabalhadores, dos constrangimentos impostos pelo Banco Central Europeu, pela União Económica e Monetária, pelo euro?

Mas “pedir” a quem? Aos especuladores, aos Comissários de Bruxelas ao seu serviço? Como nos havemos de poder libertar destas medidas e instituições sem romper com a União Europeia e os seus tratados? Sem romper com o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), o Plano Nacional de Reformas (PNR), onde o governo submete a Bruxelas as linhas gerais dos orçamentos até 2021, com cortes até se conseguir um excedente orçamental primário de 5% do produto (PIB)? Que seriedade tem pedir isso a tal gente?

Estas são questões que estão em cima da mesa. A discussão aprofundar-se-á. As CT irão continuar a defender os trabalhadores, em conjunto e na unidade com os sindicatos.

Os trabalhadores procurarão remover os obstáculos políticos que alguns levantam no seu caminho para os impedir de ver claro e de defenderem os seus interesses.■

JSH

Europa

Decomposição Política Acelerada

Nas eleições legislativas em França (ver artigo nesta página), o povo abstém-se como nunca. O novo Presidente Macron, eleito “à falta de melhor”, nem por isso se comporta menos como mini-Bonaparte. O seu novo partido, eleito por 15% do eleitorado, prepara-se para destruir meio século de conquistas dos trabalhadores franceses. O Partido Socialista tentou fazê-lo antes. Hollande imolou-o para salvar o capital, ao serviço da UE. O PS autodestruíu-se. Os seus dirigentes/coveiros agora abandonam o barco, o PS francês morre.

A realidade da crise que consome a Europa é que os partidos das “reformas”, que logo se transformam em contra-reformas ao primeiro ralhete de Bruxelas, já não conseguem sobreviver. Na Grécia, Tsipras, que, em tempo recorde, “capitalizara” a crise do Partido Socialista Grego, ganhando eleições sob a bandeira da luta contra a

austeridade da UE, capitulou ao primeiro aperto dos banqueiros, iniciando a autodestruição do Syriza.

Na Alemanha, quando o SPD, partido histórico dos trabalhadores alemães, mudou de líder, os militantes mobilizaram-se, jovens afluíram ao partido, crendo numa política alternativa à coligação com a direita. As sondagens mostraram um enorme aumento do apoio. O novo líder, Schulz, esclareceu então que nada mudava: o SPD afundou-se de novo nas sondagens.

Mas os trabalhadores sabem e mostram o que querem.

Na Grã-Bretanha, depois de votarem massivamente pela saída da UE, deram ao Partido Trabalhista um dos melhores resultados de sempre quando este propôs medidas de nacionalização dos caminhos de ferro e de redução da precariedade (ver artigo na página seguinte).

Eleições Legislativas em França

Comunicado do Partido Operário Independente Democrático

A Maioria que se Manifestou

Neste dia 11 de Junho, manifestou-se uma maioria.

O povo, ao abster-se maioritariamente, ao nível mais elevado da história da Vª República (mais de 51%), disse a sua rejeição de um poder ilegítimo.

Para que serve a Assembleia Nacional sob a Vª República? Para ratificar decisões tomadas pelo Presidente da República, que tem todo o poder concentrado nas suas mãos.

Abstendo-se maioritariamente, o povo — especialmente os trabalhadores e a juventude — recusou-se a dar o seu aval a esta farsa.

Por isso todos os candidatos à eleição presidencial perderam muito do seu eleitorado neste 11 de Junho. A *République en marche* perdeu 1,3 milhões dos votos obtidos por Macron a 23 de Abril; a Frente Nacional perdeu quase 4,5 milhões de votos; a direita, quase 3 milhões; a *France insoumise* perdeu mais de 4,5 milhões de votos, dois terços dos votos obtidos por Mélenchon; o Partido Socialista, 600.000 votos. Todos perderam uma parte significativa de seu eleitorado. Todos eles zurdidos pela rejeição.

No caso da *France insoumise*, a política de divisão que os seus funcionários levaram a cabo com arrogância desorientou grande parte dos eleitores; sobretudo aqueles que levaram a

sério o apelo para acabar com a Vª República e eleger uma Assembleia Constituinte. Como não haviam eles de ficar desorientados quando Mélenchon se propôs “coabitar” com Macron como seu primeiro-ministro? Ou quando ele elogiou os “poderes” da Assembleia Nacional,

democráticas, não há nada a negociar ou a concertar.

A este governo minoritário que tudo quer destruir, os trabalhadores não têm alternativa senão opor-lhe a frente única sem falhas da classe operária, da juventude e das organizações operárias, determinadas a erguerem-se unidas contra a sua política de devastação.

O Partido Operário Independente Democrático luta pela unidade e pela democracia quaisquer que sejam as circunstâncias. A democracia exige liquidar a Vª República e fazer eleger uma Assembleia Constituinte soberana, que rompa com os ditames da União Europeia.

Partidário da luta de classes, o Partido Operário Independente Democrático tomará e apoiará todas as iniciativas que sejam necessárias para ajudar os trabalhadores a avançarem nesta direção.

Neste período de crise e decomposição política, dirigimo-nos fraternalmente aos militantes e simpatizantes do Partido Socialista, do Partido de Esquerda, da *France insoumise*, aos sindicalistas. Vamos abrir a discussão: precisamos ou não de um partido classista? É ou não é preciso ajudar à obra de constituição da frente única operária para derrotar os planos do reacção? ■



apresentada — isto na Vª República! — como quadro para a resistência, em vez das greves e manifestações?

E agora? No ponto de vista da democracia, este governo e a maioria esmagadora de que vai dispor na Assembleia Nacional são ilegítimos.

Ora, é este mesmo governo ilegítimo que faz tenções de, nas próximas semanas, atacar o Código do Trabalho, a Segurança Social, as pensões e o diploma do ensino secundário e dar consagração constitucional ao estado de emergência!

Com que direito?

Com este poder, ilegítimo, mas nem por isso menos determinado a pôr em xeque as conquistas operárias e

Eleições na Grã Bretanha

Um Voto de Classe



Quanto às eleições legislativas na Grã-Bretanha, tudo estava dito e redito. O Partido Conservador dirigido por Theresa May ia vencer por larga margem; o Labour Party ia ser esmagado, vítima da sua confusão, da sua recusa em apoiar a vontade de milhões de membros e eleitores que queriam acabar com o espartilho da União Europeia.

Há um ano, quando do referendo de 23 de Junho de 2016, as previsões eram idênticas: os eleitores britânicos não iam resistir à exigência manifestada pela direcção do Partido Conservador, pela direcção dos sindicatos, pelos dirigentes do Labour Party — dos partidários de Tony Blair a Corbyn —, pelo presidente Obama e por outros mais que os mandavam ficar na União Europeia.

Sabe-se qual foi o resultado: os votos dos trabalhadores, especialmente nas regiões industriais, levaram à vitória do voto “leave” (saída da UE) e a uma crise que está longe de ter ficado resolvida.

O mesmo aconteceu nas eleições legislativas que acabam de se desenrolar.

O Partido Conservador não só perde 13 assentos, ficando com 318 deputados no Parlamento, como o Partido Trabalhista ganha 32 novos círculos eleitorais em relação às eleições anteriores, e a primeira-ministra conservadora Theresa May fica

sem maioria absoluta no Parlamento.

Uma vez mais, quem malogrou os planos do patronato britânico e do Partido Conservador foram os trabalhadores. Foram eles que se mobilizaram, em massa, com a juventude, para infligir esta desfeita a Theresa May e ao seu governo.

Form eles que se pronunciaram contra a continuação das políticas de austeridade cada vez mais desastrosas que há anos eram o preço a pagar para pertencer à União Europeia; contra que se deixassem as mãos livres a Theresa May e ao seu governo para negociarem a saída da Grã-Bretanha da União Europeia, mas mantendo todas as obrigações anti-operárias que os tratados da União Europeia encerram.

Fizeram-no votando no Partido Trabalhista, cuja plataforma eleitoral integrara algumas reivindicações que correspondiam a aspirações fundamentais da classe operária britânica — a razão por que o eleitorado operário, apesar dos obstáculos que lhe foram levantados, se pronunciara pela saída da União Europeia em Junho de 2016.

Esta plataforma incluía a exigência de renacionalizar os caminhos-de-ferro — questão que nem sequer se poderia ter posto no quadro da União Europeia —, de salvar o Serviço Nacional de Saúde injectando

novas verbas no sector, de aumentar o salário horário mínimo de 8,5 para 11,5 euros, a oposição aos contratos de “zero horas” — tudo medidas contraditórias com as exigências de “equilíbrio orçamental” da União Europeia.

Os trabalhadores britânicos puseram em xeque o governo conservador. Afirmaram, desse modo, que as suas organizações (os sindicatos, reunidos na respectiva confederação, o TUC, e o Partido Trabalhista, saído dos sindicatos, como representação política da classe operária) não têm por que ser auxiliares das instituições da União Europeia e do grande capital financeiro, mas sim instrumentos necessários à luta da classe operária pelas suas reivindicações e pela sua emancipação.

Infligiram, assim, uma derrota aos capitalistas britânicos e contribuíram para dar mais força à luta de todos os trabalhadores da Europa.

Afirmaram claramente a sua vontade de que seja o Partido Trabalhista a governar, a fim de dar plena realidade ao conteúdo social da sua votação de 23 de Junho pelo Brexit, rompendo efectivamente com a União Europeia e a NATO e as suas empresas de guerra. ■

François Forgeue

Artigo publicado em *La Tribune des travailleurs* (14 de Junho).